

10) NARRATIVA E *SELF*: ALGUNS DILEMAS PÓS-MODERNOS DA PSICOTERAPIA*

Harold A. Goolishian e Harlene Anderson

“Somos vozes num coro que transforma a vida vivida em vida narrada e depois devolve a narração à vida, não para refletir a vida, e sim, mais corretamente, para agregar-lhe algo; não uma cópia, mas uma nova dimensão; para agregar com cada novela algo novo, algo mais, à vida”.

Carlos Fuentes

A pergunta “o que é o *self*?” parece inocente à primeira vista, mas ao refletirmos torna-se evidente que nessa pergunta há algo mais do que é óbvio à primeira vista. Por alguma razão, o si mesmo foi durante tantos anos um conceito central da psicologia e da psicoterapia.

Como qualidade da experiência humana, a noção de si mesmo teve uma variada e fascinante história que expõe problemáticas dificuldades teóricas. Em seu núcleo, a pergunta “o que é o *self*?” é ao mesmo tempo metafísica e epistemológica. No sentido epistemológico, implica que coisas tais como o si mesmo podem ser conhecidas não só pelo próprio como também pelos demais. Em consequência, o *self* pode ser observado, medido, quantificado. Esta noção ganhou grande força na psicologia moderna. De qual-

* A noção de *self* é um conceito complexo; para fins deste artigo foi traduzido como “si mesmo”.

quer modo que se entenda, a pergunta "que é o *self*?" implica a existência de uma entidade, de algo que pré-existe à nossa necessidade de descrevê-lo.

O SELF ENCAPSULADO

No sentido metafísico, perguntar o que algo é equivale a perguntar-se sobre a essência daquilo sobre o que se interroga. Assim, a pergunta "o que é o *self*?" implica a existência de algo central à humanidade, um núcleo fundamental inerente à condição humana, e essa essência distingue ao si mesmo de todas as demais substâncias conhecíveis e observáveis. Mais ainda, esta pergunta essencialista implica que, para conhecer a natureza do *self*, só é necessário examiná-lo. Esta presunção essencialista foi central para grande parte da história da psicoterapia, incluindo, em nosso entender, os movimentos fenomenológico, introspectivo, psicodinâmico e as terapias psicanalíticas e humanísticas. Em todas estas psicologias tradicionais, subjetivistas e essencialistas, dá-se por indiscutível o si mesmo como uma entidade abstrata, diferenciada e separada das restantes construções psicológicas. Segundo estas concepções, a pessoa que está a cargo do *self* é dona de suas ações e capacidades, e acha-se circunscrita por limites claramente definidos. *Self* e *não-self* se encontram perfeitamente demarcados. Cada pessoa constitui um acontecimento independente no universo, um sistema motivacional e cognitivo singular, único, delimitado e integrado, que é o centro da consciência, o juízo e a vida emocional. A isto denominamos *self encapsulado*.

No perene debate mente *versus* corpo, no dualismo conflitivo da psicologia atual, pareceriam seguir tramando-se as conseqüências metafísicas e epistemológicas da pergunta "o que é o *self*?". Tal dualismo propõe algumas questões, como: de que somos conscientes quando somos conscientes de nós mesmos? De idéias de nossa mente, de movimentos de nosso corpo? Como saber se nossa consciência reflete o estado real de nossa mente? Que é o si mesmo real e como podemos conhecê-lo? Perguntas como estas criaram muitos dilemas a Descartes, que, em termos de pensamento, os chamou à tranquilidade com seu *Cogito, ergo sum*.

Algumas psicologias cognitivas em voga procuram enterrar essas perguntas dizendo que a mente humana, incluindo o si mesmo e a consciência toda, é explicável pelas ações internas do sistema nervoso central. A metáfora básica das ciências cognitivas é uma função de computador na qual a mente e o *self* se reduzem a pouco mais que uns programas internos da máquina, capazes de computar a utilidade de possíveis ações. Segundo este modelo computadorizado e cognitivo do sistema psicológico, as operações mentais e do *self* só processam informações e resultados em relação a um critério ou sintaxe intrínsecos construídos dentro do sistema. Sob esta acepção da psicologia cognitiva se inclui grande parte da teoria atual da aprendizagem social, grande parte do que hoje se denomina a "revolução cognitiva" em psicologia, o pensamento cibernético tal como é aplicado aos sistemas humanos e à terapia familiar, e ainda certas variedades do chamado construtivismo radical e da teoria dos constructos pessoais*.

Nestas teorias, os significados e a compreensão costumam reduzir-se a uma estrutura biológica e ao funcionamento de sistemas fisiológicos que, ciberneticamente,

* Refere-se à psicologia dos constructos pessoais: Kelly, G. A., *The Psychology of Personal Constructs*. Nova York: Norton, 1955. [DFS]

computam e dão origem ao processo psicológico denominado si mesmo. Este *self* é concebido como um nexos entre os alcances internos da experiência e o mundo externo. Estes pontos de vista se apóiam na idéia cartesiana e lockeana de que a mente é um espaço fechado auto-suficiente. O perigo desta crença epistemológica modernista consiste em supor que é possível reduzir todos os fenômenos psíquicos a alguma base ou modelo último, a alguma origem fundamental e, por isso, que tudo tem em definitivo uma explicação de base causal, essencialista, que remete a algum tipo de fundamento.

COMO EVITAR A PERGUNTA

Para evitar estas implicações da posição metafísica e epistemológica, e ao mesmo tempo a simplificação de uma perspectiva reducionista, é necessário evitar a pergunta aparentemente simples: "o que é o *self*?". Isto cria um árduo problema para a epistemologia e a metafísica das filosofias e psicologias modernistas que sustentam a maioria das investigações e práticas atuais. Como dissemos, segundo esta perspectiva, o si mesmo tem existência independente, possui qualidade e quantidade, pode ser são ou enfermo, perdura ao longo do tempo, é possível conhecê-lo, medi-lo, observá-lo e logo se converte na unidade suprema que de alguma maneira sustenta e suporta tudo aquilo de que o *self*, segundo se acredita, participa.

Não formular a pergunta "o que é o *self*?" e, por isso, evitar a concepção epistemológica e metafísica do si mesmo, situa-nos no campo pós-moderno e nas atividades da interpretação e da hermenêutica. Neste processo, o *eu*, o *ego* e o *self* deixam de ser expressões da neurofisiologia e já não aparecem explicáveis pela mecânica quântica. O *self* não é só parte dos dados científicos observáveis.

O SELF COMO NARRADOR

Há uns vinte anos, os psicoterapeutas começaram a distanciar-se das limitações impostas pela psicologia cognitiva e sua visão do si mesmo como uma máquina computante. Muitos cientistas sociais começaram a explorar as conseqüências de definir o *self* como narrador, como resultado do processo humano de produção do significado por meio da ação da linguagem. Essa concepção "narrativa" se fundamenta em grande parte na observação de que a atividade humana que se leva a cabo de modo mais inexorável, em público ou privadamente, acordados ou dormindo, é a da linguagem; e, na linguagem, criar significados implica narrar histórias. O *self*, numa perspectiva pós-moderna, pode considerar-se uma expressão desta capacidade para a linguagem e a narração. De uma forma mais simples, os seres humanos sempre contaram coisas entre si e escutaram o que os demais lhes contavam; e sempre compreendemos o que somos e quem somos a partir das narrações que nos relatamos mutuamente. Na melhor das hipóteses, não somos mais que co-autores de uma narração em permanente mudança que se transforma em nosso si mesmo. E como co-autores dessas narrações de identidade estivemos imersos desde sempre na história de nosso passado narrado e nos múltiplos contextos de nossas construções narrativas.

Algumas das primeiras tentativas de esboçar o papel da narração na psicoterapia procedem do movimento psicanalítico, sobretudo da obra de Donald Spence (1978) e de Roy Schafer (1984). Talvez Spence tenha sido estimulado pelo trabalho que Freud publicou em 1936, *Construções na análise*; ali quis dizer, aparentemente, que quando

a análise das defesas do eu e o processo de associação livre não recuperam as necessárias lembranças edípicas da infância, é possível para o analista “construir” uma história próxima que o paciente poderia ter recordado. Neste mesmo artigo Freud parece rechaçar, sem dúvida, essa posição narrativa, ao comparar tal processo com a idéia delirante do psicótico e prevenir-nos contra ela. Spence estendeu a posição narrativa e construtivista; segundo ele, tudo que o terapeuta pode fazer é construir alguma vez um relato tão similar quanto seja possível aos episódios infantis relacionados com o problema. De maneira em certo modo positivista, Spence (1984) acreditava que existe “algo” com o que nunca podemos chegar a estar completamente em contato, de modo tal que era necessário conformar-se com uma narrativa construída próximo ao que “isso” poderia ser. Para Spence, a tarefa da terapia parecia consistir na construção de uma história de vida que fosse consistente com as circunstâncias atuais do paciente, sem levar em conta a “verdade arqueológica” de tal construção. Segundo este ponto de vista, o propósito dessas narrativas que têm ao si mesmo como objeto não é o descobrimento arqueológico de uma realidade oculta irrecuperável, e sim um desenvolvimento narrativo. O relato assim construído deve possuir coerência interna e externa, ser vivível, estar adequado e de algum modo manter congruência com essas lembranças reais mas irrecuperáveis da infância.

Em *Language and insight* (1978), Schafer adotou uma perspectiva de corte mais wittgensteiniana e mais própria do construcionismo social. De acordo com Schafer, o *self* é uma manifestação da ação humana, da ação de falar acerca de si mesmo; mas à diferença de Spence, a quem preocupava principalmente o conteúdo da narração construída, Schafer interessou-se também pelo modo da construção, pelo discurso narrativo. Sustentava que estamos nos contando permanentemente, a nós mesmos e aos demais, quem somos, incorporando estas histórias umas dentro das outras. Desta perspectiva, o si mesmo se converte nas maneiras, mais ou menos estáveis e emocionais, de contar-nos a nós mesmos e aos outros sobre nós mesmos e a própria continuidade, através da mudança ao acaso e contínua do viver.

A NARRAÇÃO: SEUS PAPÉIS E EFEITOS

Assim, pois, o si mesmo é sempre aprendido e está sempre em desenvolvimento: é um modo de aprender a caracterizar no discurso a própria capacidade como agente, como alguém que pode fazer, como ator. Sem dúvida, o *self* não é um ator, uma descrição ou uma representação — como dá a entender a concepção metafísica ou existencial —, mas uma expressão cambiante de nossa narração, uma maneira de contar a própria individualidade. Muda continuamente e não está limitado ou fixado a um lugar geográfico ou a um momento no tempo.

Para Schafer, assim como para outros terapeutas pós-modernos, também o outro se manifesta narrativamente. O desafio terapêutico, na sua perspectiva, consiste em ajudar os pacientes a recontar as histórias de sua vida, de maneira que lhes permita uma compreensão de suas origens e do significado de suas atuais dificuldades de tal forma que a mudança se torne narrativamente concebível, alcançável e acreditável. Em sua relação com o paciente, o terapeuta passa a ser uma espécie de editor* útil na transfor-

* Editor no sentido de quem participa ativamente na construção de um texto. [DFS]

mação da própria história.

Emile Benveniste (1971) postulou uma concepção similar do papel da narração do *self*. Para este filósofo e historiador, uma linguagem sem pronomes pessoais é inimaginável. "O eu — escreveu — remete ao ato de discurso individual em que é pronunciado", ou seja, designa o sujeito que conta a história. No uso da linguagem e das referências pessoais, "eu" designa o que fala como sujeito. A pessoa constitui-se como sujeito na e pela linguagem. O "eu" não é um sujeito ou substância preexistente, no sentido epistemológico ou metafísico; é um sujeito que fala, assim como o si mesmo é nosso modo de modificar permanentemente, através da linguagem, nossas ações, nosso passado, presente e futuro (Gadamer, 1975). Do mesmo modo que qualquer bom narrador, entretece todas as peças numa trama única. Segundo esta concepção pós-moderna, o si mesmo não é uma entidade estável e duradoura, mas uma autobiografia que escrevemos e reescrevemos em forma constante, ao participar das práticas sociais que descrevemos em nossas sempre cambiantes narrações.

De acordo com isto, o problema da "identidade" ou "continuidade" que concebemos como nosso "*si mesmo*" passa a ser o problema de manter a coerência e continuidade das histórias que relatamos sobre nós mesmos, ou ao menos o problema de construir narrativas que outorguem sentido à nossa falta de coerência sobre nós e o caos da vida. Nossas narrações de identidade convertem-se num problema de continuidade e de seguir fazendo aquilo que sempre dizemos e nos dizemos que somos, que fomos e seremos. Assim, a identidade não se fundamenta em algum tipo de continuidade ou descontinuidade psicológica do "*si mesmo*". O si mesmo vem a ser a pessoa que nossos relatos requerem.

O *self* não é, então, a simples acumulação de experiência, como tampouco é uma expressão de nossas características neurofisiológicas. Pelo contrário, é uma expressão, um ser e um devir através da linguagem e da narração. As narrativas do si mesmo, sempre cambiantes, são os processos mediante os quais continuamente dotamos de sentido ao mundo e, por isso, continuamente nos dotamos de sentido a nós mesmos. Como assinala o filósofo Richard Rorty em sua obra *Philosophy and the mirror of nature* (1979), os seres humanos são geradores perpétuos de novas descrições e narrações, mais do que seres que se possam descrever de maneira precisa e fixa.

Isto faz com que a natureza do *selfe* a de nossas subjetividades se convertam em fenômenos intersubjetivos: o produto de narrarmos histórias uns aos outros e a nós mesmos acerca de nós, e as que outros narram para nós e sobre nós. A cambiante rede de narrativas é produto de intercâmbio e práticas sociais, do diálogo e da conversação. Para esta visão pós-moderna, não somos mais que co-autores das identidades que construímos narrativamente. Somos sempre tantos *selves*, tantos si mesmos potenciais quanto aqueles que estão contidos nas conversações dos narradores criativos.

A CONVERSAÇÃO TERAPÊUTICA

Estas perspectivas narrativas do si mesmo que estão emergindo têm muitas implicações para a psicoterapia, já que modificam as idéias que fazemos da própria psicoterapia, da mudança e de nosso papel como terapeutas. Afastam-nos da visão tradicional em terapia familiar, que vê os sistemas como uma arquitetura social relativamente fixa, e fazem-nos vê-los como um sistema intersubjetivo fluido de construção de significados. Em muitos aspectos, nesta visão pós-moderna os terapeutas vêm a ser *experts* em envolver-se no processo narrativo em primeira pessoa que faz o consultante, em contraste com os conceitos prévios, segundo os quais devem "intervir" em estruturas

congeladas, em sistemas cibernéticos obstinados e repetitivos, como agentes de mudança. Para a visão narrativa, a terapia é um processo conversacional. A compreensão que se possa ter da mudança não é senão a transformação da história e do presente por meio do diálogo e do relato de novas histórias. A criação conversacional destas novas narrações nos transforma em narradores cambiantes e, portanto, em cambiantes fazedores do mundo. Na terapia, a troca passa a ser a narração de uma nova história e de um novo presente que seja mais tolerável, coerente e contínuo do que permitiam as narrações anteriores. A mudança passa a centrar-se mais em nosso ser e devir do que num passado histórico cambiante. Em terapia isto é resultado de mudar as autonarrativas do *self* e é, em conseqüência, uma transformação de agente e de intenção, ou seja, do *self* e do contexto.

A fim de participar como terapeutas nesta terapia conversacional, devemos evitar projetar-nos (e projetar nossas narrações teóricas) nas narrações do consultante. O que tem lugar na terapia não é uma edição da narração do consultante a cargo do terapeuta, mas sim uma conversação terapêutica que dá espaço à transformação do *self* narrador do consultante. E isto é alcançado com a formulação de perguntas acerca de sua narração, de modo a ingressar em sua subjetividade. Estas perguntas são feitas desde uma posição de não saber, já que jamais podemos conhecer estas subjetividades narradas até que o consultante as diga. Se perguntarmos da perspectiva de um saber prévio, ou seja, da perspectiva de nossas teorias ou nossa própria compreensão, tudo o que aprenderemos serão nossas próprias narrativas.

Segundo esta perspectiva interpretativa, a terapia abarca todas as ações e condutas das pessoas relacionadas com a capacidade de ser agentes de seus próprios atos: baseia-se na premissa de que os seres humanos são, antes de tudo, seres criadores de significados e intérpretes de seu próprio *self*. Nossas narrações acerca do que compreendemos nos provêm de intenções, esperanças, desejos, entendimentos e desentendimentos. Esse processo de humanidade, esse operar como agentes-humanos, se constitui na linguagem, ainda que a linguagem não seja só um reflexo de tal processo. A linguagem é uma das numerosas categorias de ação humana que levamos a cabo em nosso incessante devir.

DIÁLOGO E MUDANÇA

A partir desta perspectiva, toda conduta humana é intencional e situada numa realidade sócio-histórica, simultaneamente reproduzida e modificada pela linguagem através da qual somos capazes de conhecê-la. Não somos receptores passivos das demandas internas de uma simples estrutura psíquica ou biológica, nem simples resultados das constrições externas de contexto ou *feedback*. Os sistemas sociais, assim como os sistemas familiares, não constituem estruturas mecânicas coisificadas; os seres humanos são agentes conscientes, intencionais que se co-criam a si mesmos e a seu entorno numa permanente interação comunicativa com os demais. Esta criação contínua de significado e realidade é um fenômeno intersubjetivo que se baseia em e é parte do diálogo e da interação simbólica. Toda ação social pode ser concebida como o resultado de um sistema de indivíduos que atuam, que ajustam e conectam seu comportamento em relação a si mesmos e aos demais mediante um processo hermenêutico de interpretação de si mesmos, ou seja, através da construção narrativa humana. Vivemos uns com os outros vidas narradas.

Para os terapeutas, uma conseqüência imediata desta concepção é a necessidade

de averiguar o sentido, a intenção de qualquer comportamento, ação ou enunciação de seu consultante, e de interpretar mediante o processo conversacional o significado que tentou dar-lhe o consultante, em vez de pressupor algum mecanismo quase causal da psique ou do sistema. Isto quer dizer que nunca podemos conhecer, *a priori*, verdadeiramente a intenção de qualquer ação, mas devemos confiar na explicação que o consultante dê ante nossas perguntas. É ele ou ela quem deve interpretar sua intenção; nós não sabemos até que perguntamos, e ao fazê-lo passamos a fazer parte do círculo de significação. Toda compreensão será sempre uma mais entre um número infinito de possibilidades diferentes: compreensão e explicação mudam permanentemente.

RESPOSTAS PRÉVIAS ÀS PERGUNTAS

Dados estes princípios, a tarefa central do terapeuta no processo conversacional chamado terapia consiste sempre em encontrar a pergunta para a qual o recontar imediato da experiência e da narração apresente uma resposta. Isto nos leva a afastarmo-nos da prática tradicional de formular determinadas perguntas baseando-nos numa metodologia, e significa que o que nos é dito num dado momento é a resposta para a qual teremos que averiguar a pergunta. A narração terapêutica co-desenvolvida propõe ao terapeuta, incessantemente, qual será a próxima pergunta. Neste processo local e contínuo de perguntas e respostas, uma particular compreensão converte-se numa possibilidade — a compreensão e o significado são abertos e infinitos. Compreendendo as perguntas que propõe a história referida pelo consultante, propomos novas perguntas e, por aí, uma nova história. E como esta nova narração terapêutica jamais pode ser conhecida fora do diálogo desse momento, sempre formulamos as perguntas de uma posição de não saber.

A terapia imbuída da tradição hermenêutica implica a abertura a novas narrações. A existência humana e social está determinada pela comunicação, do mesmo modo que está o significado que emerge durante a terapia. Saber de antemão, seja a partir da teoria ou de um diagnóstico, é reduzir a compreensão a um nível tão abstrato que passa por alto a índole intersubjetiva única e singular da experiência e da compreensão. Jerome Bruner descreveu este processo em seu livro *Acts of meaning* (1990), onde distinguiu as entrevistas paradigmáticas das narrativas. Nas entrevistas paradigmáticas, as perguntas dão sentido ao dito a partir de um paradigma, de uma compreensão exterior à própria entrevista, acentuando que as entrevistas narrativas, ao contrário, dotam de sentido o intercâmbio de acordo com a própria evolução narrativa e são, por conseguinte, sempre “locais” ou próprias de cada intercâmbio específico.

A MUTUALIDADE DOS CO-AUTORES

As perguntas feitas na terapia estão determinadas pela interação simbólica conjuntural do momento, não pelas teorias prévias ou paradigmáticas do terapeuta. Cada narração da experiência na primeira pessoa que tem lugar na conversação terapêutica requer novas e diferentes perguntas. Há aqui uma circularidade, dado que é impossível observar a experiência lingüística do diálogo fora do próprio diálogo. Não existe na linguagem um “ponto de vista” sobre o processo que esteja fora do processo. E como jamais é factível estudar e conhecer de antemão o diálogo, o terapeuta que procura entender seu consultante deve estar atento à experiência na qual este trata de

dizer-lhe algo. Neste processo é impossível para o terapeuta permanecer neutro: só poderá compreender a singularidade e novidade da narração aplicando seus próprios caminhos e inclinações. Nesse processo de rechaço do conhecido, ou de entrega do conhecido ao risco da mudança, surge um novo significado para ambos, terapeuta e consultante.

Este enfoque hermenêutico no qual os consultantes são co-autores no desenvolvimento da compreensão encontra apoio na tradição do caráter lingüístico do significado. Na terapia imbuída da concepção hermenêutica, o significado sempre está em processo: nunca é alcançado por completo. A história nunca permanece igual e sim se constitui, cada vez, em forma diferente, mediante as perguntas que lhe são dirigidas. A mudança como novo significado narrativo surge deste contínuo processo de reconstruir e redescrever. Como escreveu Schafer (1978), este processo dá lugar a uma maior inteligibilidade que auxilia a transformação dos agentes e seus contextos. A tarefa do terapeuta não reside, portanto, em traduzir para a linguagem teórica e para seu próprio sistema de crenças a linguagem e as metáforas da narração que em primeira pessoa faz o consultante; reside em abrir e manter um espaço conversacional em relação aos problemas e inquietudes que este propõe.

Nesta visão pós-moderna, os terapeutas convertem-se em *experts* em envolver-se e participar dos relatos em primeira pessoa de seus consultantes. Metaforicamente, pode-se comparar a contínua construção dialógica das narrativas de identidade com um sistema dissipativo de significação. A partir dessa perspectiva, pode-se pensar que as narrativas em primeira pessoa são sistemas de significação complexos e cambiantes que emergem de nossa capacidade de estar em contato lingüístico uns com os outros, co-explorando e co-desenvolvendo tanto o que é familiar como as novas complexidades de significado, as novas realidades, e que nos ajudem a dar sentido aos processos do acaso do viver.

A conversação terapêutica (veja Anderson e Goolishian, 1988) remete a uma busca recíproca de compreensão e à exploração, através do diálogo, dos problemas sempre cambiantes que se vão apresentando. A terapia e, conseqüentemente, a conversação terapêutica implicam um processo de "estar ali juntos". O consultante e o terapeuta falam um *com* o outro, não *ao* outro. E ao fazê-lo vão explorando entre ambos as novas complexidades dos significados, as novas narrações, as novas realidades.

Em síntese, estão sendo desenvolvidas perspectivas alternativas às tradicionais sustentadas pela psicologia acerca da pessoa como um sistema cognitivo e motivacional delimitado, único e integrado. Esta concepção tradicional nos limita a ver a pessoa como restringida pela metáfora evolutiva e psicológica de uma natureza universal humana. Limita-nos a pensar os indivíduos como entidades independentes que só podem atuar e reagir frente a outros enquanto permanecem separados e autodeterminados.

As perspectivas pós-modernas do si mesmo que estão começando a influenciar a teoria e a prática da terapia estão conformadas pela hermenêutica e pelo construcionismo social. Enfatizam nossa capacidade de criar significado através da linguagem e do diálogo. Nesta perspectiva lingüística o *self* vem a ser narrativo. É, no melhor dos casos, um si mesmo co-criado: uma manifestação de ações humanas cambiantes, da ação de falar sobre si mesmo com outros.

Quem somos é, em conseqüência, sempre uma função das histórias socialmente construídas que estamos narrando a nós mesmos e a outros. Estas narrações sempre estão situadas na história, porque sem uma história que mude no tempo nossas vidas resultariam ininteligíveis. A terapia transforma-se, então, numa conversação na qual se criam novas narrativas, novos significados, novos agenciamentos, assim como a nova

capacidade para assumir a própria vida.

Esta contínua criação de significado e novos devenires na conversação, e suas possíveis implicações, podem ser comparadas, de maneira metafórica, com um sistema energeticamente aberto no qual a complexidade emerge dos processos do acaso do viver. O *self* é sempre uma complexidade nesse devir da conversação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, H. e Goolishian, H., Human systems as linguistic systems: preliminary and evolving ideas about the implications for clinical theory. *Family Process*, 1988, 27, pp 371- 393.
- Benveniste, E., *Subjectivity in language and problems in general linguistics*. Florida: University of Miami Press, trad. Inglesa de M.Meck, 1971.
- Bruner, J., *Acts of meaning*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- Freud, S., Constructions in analysis. Em J. Strachey (ed. e trad.), *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (vol. 23). Londres: Hogarth Press, 1964. (Trabalho original publicado em 1937).
- Gadamer, H., *Truth and method*. Nova Iorque: Seabury, 1975.
- Rorty, R., *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton: Princeton University Press, 1979.
- Schafer, R., *Language and insight*. New Haven: Yale University Press, 1978.
- Spence, D., *Narrative truth and historical truth: meanings and interpretations in psychoanalysis*. Nova Iorque: Norton, 1984.